



GT – 21: Território, conflitos e ativismos sociais urbanos

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E TERRITORIALIDADES

Uma discussão sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro em Rio Claro/SP

Vinicius Cesar Sitolin
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
vc.sitolin@unesp.br

Ana Paula de Oliveira do Ó
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
ana.p.o@unesp.br

Dayana Aparecida Marques de Oliveira
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
dayana.marques@unesp.br

RESUMO: Tendo enfoque nas diferentes formas de produzir, consumir e apropriar-se do espaço urbano, este artigo busca entender as disparidades e desigualdades da cidade, considerando que a configuração espacial afeta as dinâmicas territoriais existentes. Outro ponto fundamental da nossa discussão é analisar os conflitos existentes na cidade de Rio Claro (no estado de São Paulo) a fim de compreender como os agentes que fazem parte dos partidos políticos mobilizam-se e articulam-se nessa conjuntura. Partindo do recorte espacial de análise, iremos abordar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e como a territorialidade construída pelos agentes sociais que o integram contribui nas lutas pelo direito à cidade.

Palavras-chave: Espaço Urbano, Territorialidade, Partido Comunista Brasileiro.

1. INTRODUÇÃO

A produção capitalista do espaço urbano está pautada na segregação, o que instiga o acontecimento de inúmeros conflitos e lutas, refletindo a desigualdade existente na sociedade urbana. Logo, a complexa estrutura social de classes é espacializada no espaço (CORRÊA, 2005), e por ser um espaço desigual, o acesso das diferentes classes sociais também ocorre de maneira desigual. A apropriação de lugares e objetos, além do consumo dos mesmos dentro da cidade, ocorre de acordo com a classe social em que cada indivíduo se encontra, levando aos conflitos sociais existentes e criando um cenário turbulento no recorte do espaço urbano, que é essencialmente coordenado pela luta de classes. Assim, diversos agentes disputarão o seu poder sobre a materialidade da cidade, construindo e desarticulando territórios.

Por serem espaços que possuem a presença econômica como instância fundamental, as cidades acumulam o interesse do capital, e o espaço urbano é produzido como mercadoria no processo produtivo que o permeia, gerando uma conjuntura onde as cidades se convertem em um meio de concentração de produção, distribuição, circulação e troca de mercadorias (CARLOS, 1992).

Ressaltamos que há uma indissociabilidade entre a conjuntura atual e a estrutura da cidade que agrupa aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos de diferentes tempos, concretizando a formação socioespacial, mas também as hierarquias de utilização do espaço. Com as cidades planejadas para a reprodução e manutenção do capitalismo, a parcela da população urbana que sofre as mazelas da desigualdade é cada vez mais deixada de lado, prejudicando os diferentes níveis de acessibilidade e no direito à cidade. Lembrando que o direito à cidade vai além da acessibilidade que consiste na facilidade que os indivíduos têm de chegar aos destinos desejados (VASCONCELLOS, 2001). O direito à cidade é um direito mais amplo e, portanto, corresponde ao próprio direito à vida urbana (LEFEBVRE, 1969).

A desigual distribuição das infraestruturas e equipamentos coletivos no espaço urbano torna necessária a organização da sociedade civil. É através dessa organização que os cidadãos se organizam no intuito de, dentre outras coisas, ocupar espaços da cidade, a fim de reparar as disparidades sociais. As minorias de diferentes grupos começam a se articular e se mobilizar para acessar os seus direitos que deveriam ser usufruídos por todos, porém há uma disparidade entre a lei e a realidade destes grupos periféricos. Estamos nos referindo às prerrogativas estabelecidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a qual estabelece uma

série de direitos a todos os cidadãos brasileiros. Neste caso, todas as pessoas que nasceram em território nacional ou que foram naturalizadas têm como garantia um conjunto de direitos que compõem a cidadania. Todavia, a dicotomia entre a realidade e a legislação demonstra que a luta por direitos e a mobilização popular se fazem necessárias. É importante reiterar que os sujeitos que fazem parte desses grupos de minoria são pobres e em sua maioria constituem-se por negros, indígenas, LGBTs, mulheres, deficientes, entre outros, que ao longo da história do Brasil, foram sendo empurrados para as margens, tanto da história, como do território físico e político. Essa é uma minoria em termos do usufruto de direitos, porém maioria em números absolutos da população são socialmente marginalizados, diante da prioridade da produção e do consumo de bens materiais que é imposta pela lógica capitalista de produção.

Com isto, espaços urbanos ficam à mercê do interesse do capital, que se utiliza de um sistema econômico perverso, condenando a população pobre e seu acesso a lugares na cidade. Contudo, ocupar espaços abandonados por esse sistema é uma estratégia política, assim como ocupar ruas em manifestações. Espaços que de alguma forma não possuem valor de troca suficiente para a dinâmica capitalista que se desenvolve localmente, se tornam um meio de conquistar e expor demandas sociais, que necessitam de reivindicação, gerando, em muitos casos, uma identidade coletiva, a exemplo a Ocupação Mauá (PATERNIANI et al., 2013), localizada no bairro da Luz, no centro da cidade de São Paulo.

Tendo em vista esta identidade coletiva, destacaremos neste trabalho a territorialidade do Partido Comunista Brasileiro em Rio Claro/SP, tendo como objetivo geral identificar como a territorialidade do partido político influencia nas lutas desses grupos periféricos, além de compreender os mecanismos e estratégias do partido na articulação dos territórios e como as pautas do mesmo se relacionam com esses grupos.

Como metodologia utilizaremos a pesquisa bibliográfica sobre a produção do espaço urbano, território e territorialidade. Elaboramos também uma análise do histórico, dos objetivos e da organização do partido a partir da leitura de seu manual de organização partidária. Essa análise permitiu compreender as estratégias de territorialização do partido através da estrutura reticular por meio de suas células. Em 27/06/2024, 11/07/2024 e 18/07/2024, foi realizado ainda o trabalho de campo no arquivo público da cidade de Rio Claro com o objetivo de levantar informações acerca da atuação do partido desde sua fundação, buscando identificar os espaços utilizados pelo partido na sua mobilização e como as massas locais eram articuladas pelo mesmo. Porém, durante as leituras dos jornais diários fornecidos pelo acervo do arquivo público

não foram encontradas informações acerca dos espaços utilizados pelo partido, por conta disso as visitas passaram a explorar a cena política que se desenvolvia e como o partido estava inserido nesse período de 1945 a 1947, o que possibilitou encontrar a data de fechamento do partido durante o governo Dutra.

Este texto está organizado em duas partes. A primeira, “A cidade como território” discute a reprodução do espaço urbano na realidade capitalista, como o modo de apropriação da cidade é afetado pelo sistema vigente e como os ativismos irão ser desenvolvidos para reparar as tensões geradas pelas desigualdades, tratando dos agentes sociais presentes nesse processo de apropriação da cidade enquanto território. A segunda, denominada “A organização partidária do PCB” irá trazer com mais detalhes a prática desses ativismos com o exemplo do PCB em Rio Claro/SP, abordando os mecanismos e estratégias do mesmo para exercer a sua territorialidade, os seus métodos de militância e as pautas trabalhadas no âmbito partidário em suas mobilizações populares.

2. A CIDADE COMO TERRITÓRIO

Conforme mencionado rapidamente na introdução, na lógica capitalista de produção da cidade, os grupos que fazem frente ao movimento hegemônico da sociedade buscam reparar as desigualdades e terem os seus direitos assegurados, mas para isso acontecer, uma série de conflitos e embates ocorrem. Segundo Pizzirani (2006) apud Saes (2003), os direitos a que nos referimos não são conquistas naturais, são resultados de muitas lutas e contradições, uma vez que a classe trabalhadora, a classe dominante e o Estado burocrático não possuem os mesmos interesses, o que tenciona a estrutura social daquela conjuntura. A luta pelos direitos é protagonizada pelos movimentos, ativismos sociais e algumas organizações políticas protagonizadas pela sociedade civil organizada. Tais grupos podem ter influência partidária, através do apoio de algum partido ou sendo composto totalmente pela organização política. Logo, para entender as lutas e reivindicações de certos grupos é preciso entender a territorialidade de certos partidos, pois os seus territórios são componentes essenciais para a luta desses grupos.

O espaço segregado e desigual da cidade passa a ter as marcas das apropriações feitas por diferentes agentes, gerando espaços ressignificados e modificados pela pressão social das lutas que pressionam a ação estatal para reparar as desigualdades. Essa afirmação está em conformidade com a observação de Carlos (1992, p. 26) sobre a produção do espaço urbano,

no qual, segundo a autora, “fundam-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade”. Os diferentes agentes presentes se apropriam da cidade, territorializando áreas de sua influência, afinal a cidade é lida como um território. Essas diferentes territorialidades ao mesmo tempo em que coexistem também entram em conflito por fatores decorrentes do próprio processo de territorialização que inclui diferentes identidades, vivências, formas de apropriação e pautas. A sociedade civil organizada em movimentos, ativismos sociais e/ou organizações políticas utiliza-se do processo de territorialização para resistir à homogeneização da cidade oriunda das forças hegemônicas. Neste contexto, é essencial analisar a dinâmica que se desenvolve quando esses grupos estão dispostos e se propõe a retomar lugares e histórias que lhe foram subtraídos.

A configuração espacial, a reprodução do urbano e as diferentes formas de apropriação da cidade são influenciadas pelos agentes sociais concretos (CORRÊA, 2005). Esses agentes sociais concretos que produzem e consomem a cidade de acordo com as suas intencionalidades, podendo ser, ao mesmo tempo, complementares e contraditórias. Neste contexto as relações sociais são tensionadas pelos conflitos de classe gerados pela lógica de acumulação de capital, segregação socioespacial e reprodução dos meios de produção, resultando em um espaço urbano reflexo da sociedade. Em outras palavras, tem-se a configuração de um espaço urbano “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 2005, p. 11).

No contexto conflituoso da produção da cidade estão inseridos precariamente os grupos sociais excluídos que ao longo da história tiveram os seus direitos negados, sendo relegados aos efeitos dos processos de segregação e periferização. Diante disso, fica evidente o quanto a desigualdade torna-se um elemento intrínseco à cidade, afinal apesar da cidade ser o resultado do trabalho coletivo, sua apropriação é feita de forma desigual de acordo com as possibilidades econômicas que cada classe possui. Aos pobres, restam as consequências das desigualdades da cidade fragmentada, que consolida-se com a falta de acesso à cidade enquanto totalidade. Diferenciação, exclusão, segregação e autosegregação são os elementos constituintes do processo de segregação, os quais tornam a cidade um fenômeno complexo (SPOSITO; SPOSITO, 2021). Neste contexto, os grupos excluídos têm os seus espaços na cidade subtraídos pela pressão de outros agentes dominantes, como os proprietários dos meios de produção, cujas necessidades de reprodução do capital e a mais-valia sobressaem à acessibilidade aos

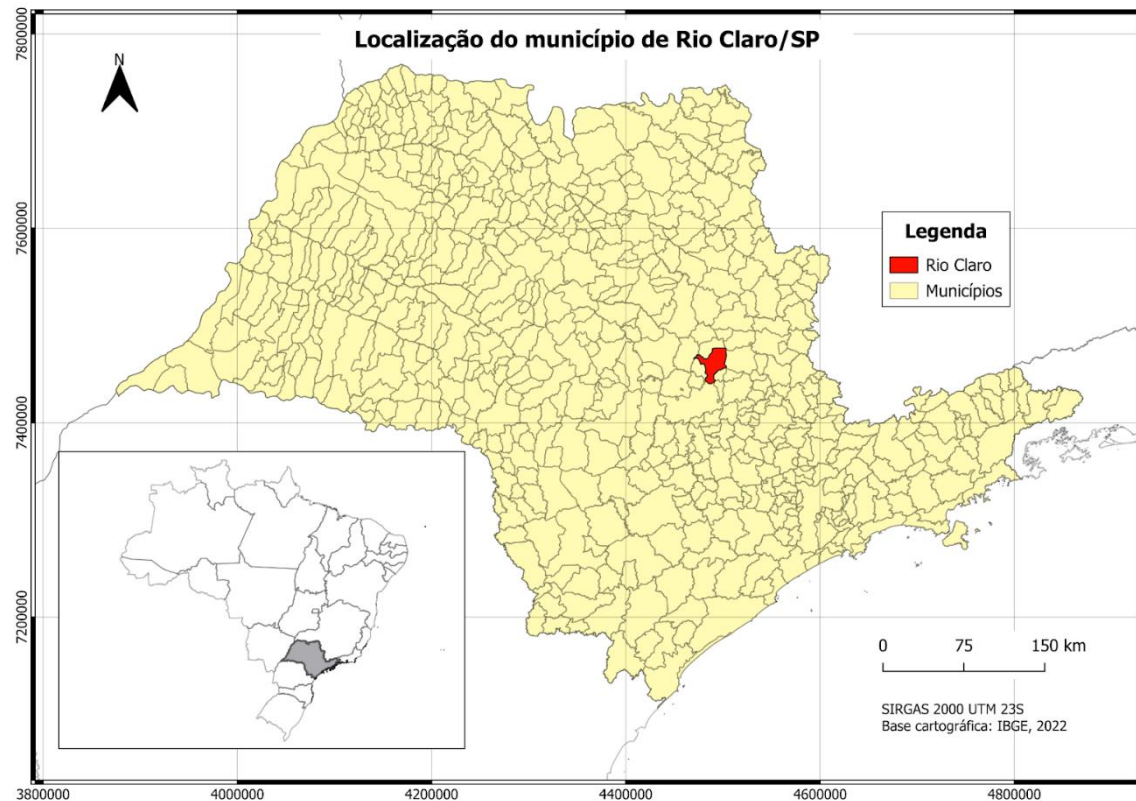
equipamentos urbanos e à qualidade de vida. Isso quer dizer que na cidade capitalista o valor de troca torna-se protagonista e apoia a lógica especulativa de sua produção em detrimento do direito à cidade. A discussão feita por Harvey (1980) sobre o papel das benfeitorias no aumento do valor de troca nos mostra como a cidade produzida como mercadoria está ligada aos interesses hegemônicos, afinal são responsáveis por criar vantagens locacionais (OLIVEIRA, 2012). Como contrapartida à lógica homogeneizante e massificadora alguns grupos articulam-se para resistir constituindo novas territorialidades ao apropriar-se de certos espaços da cidade.

Um ponto relevante a ser ressaltado é que essa luta de classes e seus rebatimentos na produção e no consumo da cidade podem ter proporções distintas de acordo com as decisões tomadas no âmbito do planejamento urbano. Oliveira (2011) discute sobre este aspecto indicando que na lógica capitalista de produção existe uma articulação entre os interesses hegemônicos e a atuação do poder público.

Embora a luta de classes que se coloca como esteio dessa dinâmica esteja presente em todas as escalas por ser parte constituinte da lógica capitalista de produção, é na escala local que a luta de classes se materializa. Ela se mostra na dimensão material da cidade através das disparidades na forma urbana e na dinâmica segregadora, bem como na resistência dos grupos excluídos. Ao mencionar a escala local, Castro (2005) afirma que o município expressa a territorialidade da federação e também é onde podemos observar a materialização da cidadania. A cidade como sede do município no Brasil é um exemplo das contradições inerentes à produção do espaço, portanto, nos permite realizar uma análise da dinâmica de produção do espaço urbano rapidamente apresentada até aqui.

Como objeto de estudo, partimos do exemplo da cidade de Rio Claro localizada no estado de São Paulo, conforme mostra o Mapa 1.

Mapa 1: Localização de Rio Claro no estado de São Paulo



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: SITOLIN, 2024.

Na concepção em que a cidade é também um território em disputa fica evidente as relações de poder existentes através da conformação das diferentes territorialidades. Logo território e territorialidade são conceitos fundamentais para a discussão que estamos fazendo neste texto.

Segundo Raffestin (1980), o processo de apropriação de um espaço é o elemento fundamental para a existência de um território, sendo este proveniente do primeiro, ou seja, o resultado das relações e interações entre espaço e sociedade. Como foi mencionado em sua obra “Por uma geografia do poder” (1980):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado da ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1980, p.143).

Já Sack (1986) discute a territorialidade como um componente geográfico, cuja função é de exercer controle sobre o acesso a uma área delimitada. Nessa concepção, a territorialidade

seria também uma estratégia de controle de uma área que permite com que a ação de grupos específicos possam influenciar pessoas, fenômenos e relações.

Por outro lado, Souza (1995) define território como relações sociais projetadas no espaço enquanto a territorialidade sendo as relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. Ao assumir essa perspectiva notamos que Souza (1995) posiciona-se de forma distinta em relação à sua interpretação conceitual comparado aos dois autores citados anteriormente. Além da própria concepção de territorialidade que corresponde às próprias relações de poder referenciadas espacialmente, Souza (1995) ainda define as diferenças entre território e o espaço social.

Haesbaert (2014) tem uma visão mais integradora das dinâmicas do poder que se estendem no território, explorando as características multidimensionais do poder, levando em consideração os vários sentidos da palavra, tanto no sentido político, mais tradicional, econômico e até simbólico. Dessa forma, a discussão feita pelo autor apresenta um olhar multifacetado do território e das apropriações presentes no mesmo. A fim de conduzir as discussões apresentadas neste texto, assumimos a perspectiva de Haesbaert (2014) como ponto de partida para entender a cidade enquanto território e seus múltiplos aspectos multidimensionais. Outro ponto fundamental a se considerar é a proposta de Santos (2003) para quem o espaço habitado também é denominado como território usado. Em outras palavras,

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2003, p. 47).

Entender a cidade como território usado através de sua multidimensionalidade contribui para a discussão que estamos desenvolvendo neste texto, pois permite identificar os desdobramentos da ação dos diferentes grupos sociais na configuração da cidade. Por outro lado, também possibilita compreender como as diferentes formas de apropriar-se da cidade são influenciadas pelas dinâmicas socioespaciais anteriores, as quais configuram-se a partir das interações entre sociedade e espaço.

Cabe ainda mencionar que apesar da existência de diferentes concepções e definições sobre os conceitos de território e territorialidade destaca-se um ponto comum que é o fato dos

dois conceitos estarem intrinsecamente ligados às relações de poder estabelecidas no espaço. Esse panorama geral da conceituação de território e suas nuances é preciso para uma compreensão ampla do conceito nos mais diversos âmbitos, incluindo a análise no que diz respeito às relações partidárias desenvolvidas pelos partidos políticos, as quais são objeto de análise deste texto.

Quando ocupar se torna uma estratégia dos grupos para lutar por algo que supostamente já está garantido a eles, podemos associar o desenvolvimento de relações coletivas com o sentimento de pertencimento a um objetivo e ao próprio grupo, que se apropria e desenvolve uma identidade, causando uma territorialidade do espaço ocupado. Para isso, os grupos sociais excluídos podem receber o apoio de partidos ou integrar organizações partidárias para exercer a sua territorialidade como agentes concretos na cidade, sendo uma das chaves para compreender a luta social, as estratégias e mecanismos dos partidos políticos presentes no cenário local.

No próximo tópico discutiremos sobre a atuação e a organização partidária do PCB na cidade de Rio Claro/SP, destacando as diferentes estratégias de apropriação dos espaços da cidade, as quais configuram-se como novas territorialidades.

3. A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA DO PCB

A história do PCB remonta à década de 20, fundado em 25 de março de 1922 por representantes de alguns grupos comunistas que já atuavam em cidades brasileiras, como: Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), São Paulo, Porto Alegre, Recife, Niterói e Cruzeiro em Minas Gerais (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2016, n.p.). O momento histórico da época possibilitou a criação do partido, pois havia acabado de acontecer a Revolução Soviética e a criação da Internacional Comunista alguns anos antes, o que resultou em um cenário em que o movimento operário e sindical nacional ganhou esperanças na luta do proletariado e a motivação para fazer frente à estrutura capitalista da sociedade.

De acordo com o jornal “O Poder Popular” (2016), a fundação foi realizada em congresso que ocorreu em Niterói, nos dias 25, 26 e 27 de março, para organizar a delegação que seria enviada ao IV Congresso da Internacional Comunista. A admissão foi ocorrer só em 1924, virando a Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC - SBIC). O partido possui ideais revolucionários desde a sua fundação, nascendo do seio da luta do proletariado com a influência socialista, portando um partido político de esquerda revolucionária, seguindo a

ideologia política do marxismo-leninismo. O mesmo defende a reparação das desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista através da revolução.

Há indícios de que já houve a presença da instituição em Rio Claro no passado, no entanto durante as visitas ao Acervo Público da cidade não foram encontradas muitas informações sobre essa atuação mais específica na escala municipal, tendo uma perda do histórico do partido que os militantes tentam reconstruir durante a sua organização. Apesar de ter essa perda, o que se sabe é que o partido político funcionou na cidade, porém foi desligado no governo Dutra quando ocorreu o fechamento do Partido Comunista pelo Superior Tribunal Eleitoral em 8 de maio de 1947. Desde o decreto de fechamento não havia o funcionamento de uma célula na cidade, até que em 2023 foi reaberto o partido em Rio Claro pela célula de Araras e Conchal, possibilitando que pudéssemos acompanhar o processo de construção de novas territorialidades do partido na sua consolidação em um novo local de intervenção. Como não foi possível obter informações sobre a atuação passada do PCB no município, focamos em uma discussão da organização partidária realizada no contexto atual, se embasando no Manual de Organização Partidária¹ disponibilizado pelo o mesmo e nas ações realizadas na cidade após reabertura.

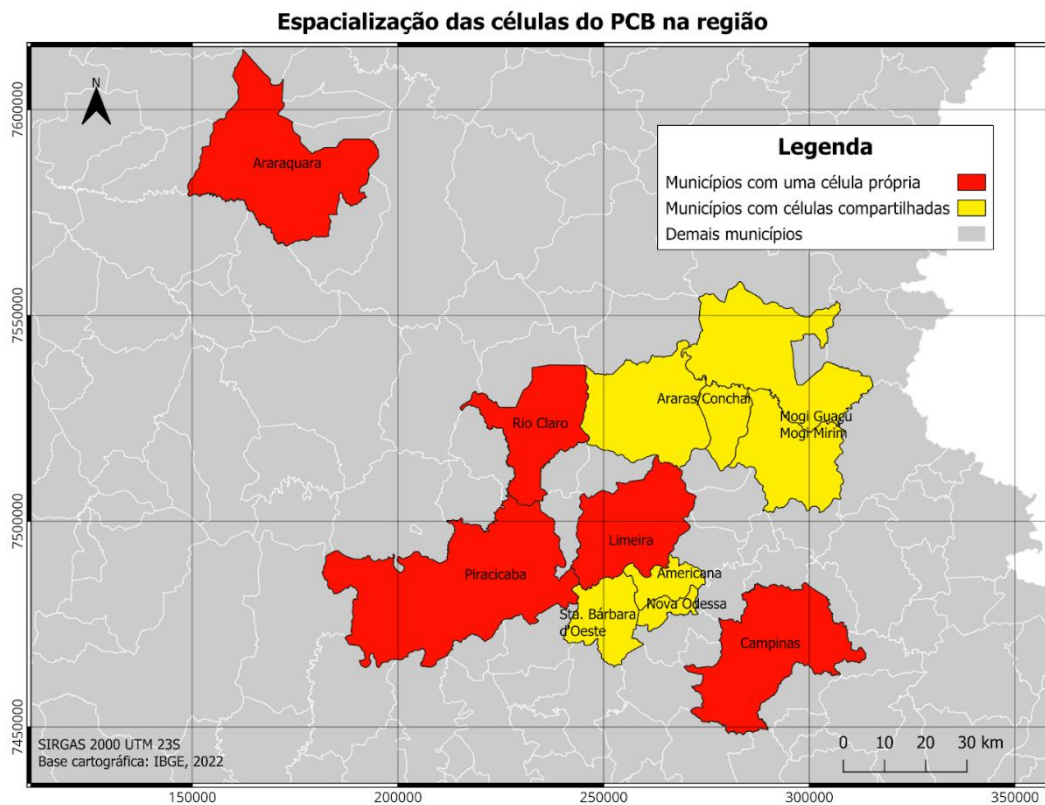
Vale lembrar que o PCB não possui vereadores na câmara municipal e também não irá mandar candidatos na eleição deste ano, por conta de ter sido reativado somente há um ano, focando no momento em trabalhos de base na cidade. Inclusive nenhum partido de esquerda tem assentos na câmara até o mandato vigente, Rio Claro é uma cidade com representação predominante de políticos filiados a partidos da direita política. O cenário político do partido em escala estadual e nacional não é muito diferente, não possuindo deputados eleitos desde a ditadura. Este fato torna o PCB um coletivo que organiza um espaço de militância que está vinculada institucionalmente, uma vez que não está oficialmente na cena política tradicional. Mesmo com esses percalços continuam se apropriando da cidade e dos espaços através de um vínculo institucional com os seus militantes em torno de uma identidade. Por estarem em uma conjuntura desfavorável ao coletivo partidário e representarem ideais revolucionários, os agentes sociais que integram o partido são reprimidos pelos agentes hegemônicos da sociedade, fazendo com que as ações partidárias do mesmo necessitem retomar lutas que foram dadas como vencidas a fim de causar pressão nesses agentes influentes.

¹ O documento está sem data, no entanto há uma publicação no *website* do partido que fica subentendido que o manual é de 2010.

A coordenação e as articulações do Partido Comunista Brasileiro são feitas através de uma célula, também chamadas de organizações de base ou núcleos. É com a instalação da célula que o partido começa a agir no seu entorno, sendo a forma como os comunistas se organizam. Deste modo, é pela célula que o militante vai atuar no arredor, servindo de ponto de organização para ações partidárias, como delimitação para área de estudo, realização de debates das resoluções do partido, bem como para o oferecimento de cursos, oficinas e organização de eventos.

A célula é a base da mobilização do PCB, a estruturação em células é a forma como o partido exerce sua territorialidade, sendo diretamente um recurso primordial para exercer sua influência nas massas locais. A célula constitui uma rede e isso está intrinsecamente ligado à discussão de território, ficando evidente o padrão reticular do partido em uma escala regional, tendo os seus “nós” que se interconectam. A lógica reticular de organização do território é discutida por autores como Castells (1999) e Haesbaert (2014) que, dentre outras coisas, identificam as estratégias utilizadas pelos agentes para estabelecer o fluxo de informações que é necessária para a formação de uma verdadeira rede geográfica (CORRÊA, 1997). É a partir da lógica reticular que o PCB articula-se em torno das conexões regionais, onde as células espalhadas pelos municípios das redondezas fazem parte de um sistema entrelaçado que corresponde a entidade partidária. Temos como exemplo a articulação regional da qual a célula do PCB em Rio Claro faz parte, estando integrada a outras células presentes em municípios como Piracicaba; Limeira; Araras e Conchal; Mogi Mirim e Mogi Guaçu; Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa; Campinas; e Araraquara. A seguir, o Mapa 2 mostra a espacialização das células do PCB.

Mapa 2: Municípios da região com a presença do PCB



Fonte: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2024. Elaboração: SITOLIN, 2024.

Além das localidades interconectadas, é possível observar uma conexão em uma escala hierárquica maior com os comitês. Há destaque do comitê nacional e dos comitês regionais, tendo suas atuações destinadas à escala nacional e estadual, respectivamente. As decisões tomadas na escala estadual são administradas, como a criação de comitês municipais, intermunicipais ou macrorregionais. Segundo o próprio manual do partido,

Nos demais Municípios que não sejam capitais, podem ser criados bases, Comitês Municipais, Intermunicipais ou macro-regionais. Enquanto num determinado Município não existir mais de uma célula, pode não fazer sentido constituir Comitê Municipal, ficando a célula vinculada diretamente ao CR. A critério do CR, podem ser criados Comitês Intermunicipais ou Macro-regionais, quando os Municípios estiverem na mesma região e guardarem entre si alguma identidade (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, n.p.).

A esfera de maior interesse de formação de uma área de atuação para o partido é a esfera sindical, como o próprio manual aponta e pela tendência histórica da organização é observado o interesse em ocupar esses espaços, tanto que atualmente a célula do PCB em Rio Claro está situada no Sindicato dos Metalúrgicos, um local que foi territorializado pelo partido para se

tornar a sua sede na cidade. Porém não é o único tipo de territorialidade construída pela instituição, havendo territorialidades temporárias articuladas para a mobilização política.

O partido político segue o sistema do centralismo democrático como forma de organizar as suas decisões e resoluções que, como é descrito no manual do partido, todos os militantes integrantes do coletivo partidário, podem expor as suas opiniões e análises em relação às pautas debatidas em reunião. As discussões levantadas buscam o consenso dos membros para gerar uma ação unitária, porém em casos de divergência é coordenada uma votação entre os pontos conflitantes e a proposta mais votada acaba se tornando o posicionamento oficial. Após os resultados, todos os militantes irão trabalhar a perspectiva mais votada, independente se o indivíduo concorda ou discorda da escolha ele irá cumprir com suas obrigações e poderá expor a sua opinião em outro momento para reivindicar o seu ponto de vista.

Na instância partidária, esse centralismo democrático, é uma característica notável do PCB, que ajuda a aproximar os indivíduos, mesmo que com visões diferentes, na mobilização popular, sendo um dos assuntos principais na compreensão das pautas o papel da população para o movimento social, concretizando o respeito pelo que é diferente. Em seu manual de organização partidária é defendida a ideia de que o coletivo se instale de modo que consiga se comunicar com as massas locais, dialogar com as suas necessidades e sempre colocando em evidência o seu papel revolucionário, até mesmo quando abraça outras pautas sociais, como os seus braços temáticos voltados para a luta feminista, o movimento antirracista e o movimento LGBTQIAPN+.

As apropriações executadas de forma pontual pela entidade partidária, mencionadas anteriormente, conformam as novas territorialidades articuladas pela instituição para os seus atos políticos, como ocorreu no “Bloco Vermelho” e na Parada LGBTQIAPN+, que foram ações coordenadas do partido e realizadas em 11 de fevereiro e 29 de junho de 2024, respectivamente. Além da divulgação das pautas, essas ações serviram como meios para arrecadar fundos, e no caso da Parada, houve a arrecadação de alimentos e produtos de higiene destinados à Sociedade São Vicente de Paula que é responsável pela distribuição de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade social.

O “Bloco Vermelho” teve uma característica interessante, onde se realizou um bloco de carnaval do partido que começava a sua concentração na Praça dos Artesãos e se deslocava até o Sindicato dos Metalúrgicos. O ponto em questão é o motivo da escolha da apropriação dessa praça, pois nela há uma homenagem a um militante comunista morto na Guerrilha do Araguaia,

conhecido como Orlando “Landinho” Momento que foi um militante político natural de Rio Claro. Muitas das ocupações pontuais realizadas nos atos partidários possuem intenções por trás, no caso da territorialidade construída nessa mobilização específica foi o apego histórico e simbólico que motivou a retomar esse espaço que é, muitas vezes, esquecido da cidade.

Na Parada LGBTQIAPN+ aconteceu algo parecido, essa apropriação em questão foi no Jardim Público, o ponto central de Rio Claro. A concentração da marcha iniciaria nesta centralidade e iria até a célula no Sindicato dos Metalúrgicos, ficando evidente o mecanismo do partido para reforçar o seu território no local. Outro ponto importante a ser observado, é a utilização de espaços públicos para a articulação de suas novas territorialidades, tendo o Jardim Público a simbologia de ser um espaço aberto de lazer onde os cidadãos podem se reunir e desfrutar da cidade.

A ocupação dessas áreas, é uma ferramenta importante para reivindicar os espaços subtraídos desses grupos periféricos, ainda mais na ocasião desse evento. O próprio partido indica isso no manual, admitindo que pode haver a ocupação de outros espaços relacionados à moradia, educação, trabalho e locais comuns de luta, se concretizando no espaço, como é o caso dos locais descritos neste trabalho. Cabe destacar que o manual do partido cita que a luta de classes deve perpassar por todos esses movimentos sociais, dando o enfoque nas contradições entre o proletariado e a burguesia, sempre em busca da elevação da consciência de classe das massas “visando a superação de identidades que tendem a negligenciar sua noção de pertencimento à classe, sem, no entanto, deixar de atuar no seu interior, fazendo sempre a ligação das lutas parciais com a luta geral” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, n.p.).

Porém, essas identidades realmente negligenciam a noção de classe? Uma reflexão que pode ser feita, é justamente de a periferia ser um local plural, onde se localiza grande parte das massas que o partido tem em foco. Não há somente um único recorte, mas sim, intersecções entre as próprias pautas de luta, o que reverbera nas demandas da população periférica, conforme defendem Ferraz e Queiróz (2023). Um olhar restritivo sobre essas identidades, pode acabar confundindo a consciência de classe na população, alienando outras lutas sociais, demorando a emergir os movimentos, e quando acontecem, podem muitas vezes não ter a força necessária para sua execução, ainda mais quando se trata de grupos periféricos.

Sobre os braços temáticos do partido, em Rio Claro temos a atuação da juventude do PCB, a UJC (União da Juventude Comunista), que reúne jovens trabalhadores e estudantes interessados nas pautas comunistas apresentadas pela instituição. Nesta instância estão sendo

organizados trabalhos de base voltados à educação, se mobilizando contra a reforma do ensino médio, o desmonte da educação municipal, a mercantilização do ensino e a militarização das escolas. Tanto que em suas mobilizações junto do partido foi realizada a ocupação do coliseu da antiga estação ferroviária da cidade, usando duas vezes o espaço para fazer atos sobre a questão da reforma do ensino médio em 2023 e em 2024 sobre a privatização do ensino. Esse espaço que foi utilizado nessas mobilizações possui um certo aspecto deteriorado, sendo um local que o poder público deixou de lado e muitas vezes não é ocupado para esses fins.

Além da apropriação do espaço urbano já existente para a consolidação de novas territorialidades do partido, há também reivindicações de espaços para serem construídos, o que ocorre no Movimento pelo Ambulatório Trans em Rio Claro (MAT-RC), sendo um movimento aberto criado pelo PCB Rio Claro para atender a demanda da população trans e travesti da cidade que não têm acesso ao SUS para as questões de transição. A proposta do movimento ser aberto foi pensada justamente para que não precisasse de recrutamento de militantes para fazer parte dessa discussão, possibilitando a abrangência de um público maior para a causa do ambulatório sem que seja necessário ocorrer as burocracias de recrutamento de militantes para o partido. O movimento se consolidou bem no âmbito partidário, tanto que após a criação dele houve a tentativa de transformá-lo no Coletivo LGBT Comunista, um dos eixos temáticos do partido, porém por conta da questão da necessidade do coletivo se integrar somente por militantes do PCB o movimento aberto prevaleceu, mas ainda assim é apoiado pelo coletivo.

Justamente pelo MAT-RC ter sido elaborado sob uma demanda de um grupo social excluído em Rio Claro, ele possui um prazo de duração. Enquanto um ambulatório destinado às necessidades da população trans e travesti não for criado, o movimento irá existir e requerer por essa medida da política pública um trabalho de qualidade. Porém, por conta do partido não possuir assentos na câmara municipal e ter retornado recentemente sua atuação na cidade, essa demanda trazida à tona está sendo analisada e progredindo aos poucos pelo ativismo da comunidade engajada em torno do movimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa ficou evidente como o espaço segregado e desigual da cidade passa a tensionar as relações sociais inseridas no contexto do recorte da cidade de Rio Claro/SP, o que produz os ativismos por direitos, uma vez que o acesso a eles se dá de maneira desigual. Como forma de fazer frente e participar da produção do espaço urbano, os agentes sociais concretos

pertencentes aos grupos excluídos se organizam para se apropriar desses espaços negados a eles pela lógica capitalista e pelos agentes dominantes. Essa mobilização cria novas territorialidades por meio das diversas maneiras de apropriar a cidade deixando as suas marcas sobre a materialidade, assim enfrentando os agentes hegemônicos que fazem pressão contra essas minorias.

A partir desse texto tivemos o objetivo de contribuir para a reflexão sobre como diferentes agentes mobilizam-se e criam novas territorialidades na cidade. Utilizamos o caso do PCB porque o partido reiniciou suas atividades na cidade de Rio Claro trazendo discussões relevantes para a ampliação de direitos de cidadãs e cidadãos rio-clarenses como no caso da proposta do MAT-RC. Todavia, assim como outros grupos não hegemônicos, apesar de sua esfera institucional há desafios significativos que se impõe à atuação dos agentes que se organizam através do PCB considerando, dentre outras coisas, a ausência de representantes no poder público.

O caso do PCB em Rio Claro configura-se como uma das formas de ativismo existe na cidade, afinal a organização partidária articula-se no espaço urbano enquanto um território, construindo novas territorialidades no seu local de intervenção e atuando diretamente com grupos sociais excluídos e direcionando muitos dos ativismos presentes na cidade com os agentes sociais que integram a instância partidária. Citamos ao longo do texto alguns espaços relevantes para a organização das atividades do partido, dentre os quais encontram-se o Sindicato dos Metalúrgicos, o Jardim Público e a Praça dos Artesãos. Nestes dois últimos casos, as manifestações organizadas pelo partido não buscam apenas dar visibilidade às pautas do partido, mas incluem também aspectos simbólicos que conectam-se à luta protagonizada por ele.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Coleção repensando a geografia, 1992.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

CORRÊA, R. L. Dimensões de análise das redes geográficas. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERRAZ, A. C.; QUEIRÓZ, M. Geografia, Género e Interseccionalidade. In: SANTOS, O; SILVA, K; MALHEIROS, J (Orgs). **Geografia urbana: revisitando conceitos e temas**. Lisboa: CEG-IGOT-ULisboa; Recife: UFRPE, 2023, p. 201-224.

HAESBAERT, R. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **Campo-Território: Revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012**, p. 1-17, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27063/14690>. Acesso em: 1 mar. 2024.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo, Hucitec, 1980.

IBGE. Malhas Territoriais. **Malha municipal de São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

OLIVEIRA, D. A. M. Discurso e planejamento urbano no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial, p. 1 - 15, jun./dez. de 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2213/2109>. Acesso em: 2 jul. 2024.

OLIVEIRA, D. A. M. Acessibilidade: vantagem locacional ou direito? **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2012. DOI: 10.48075/geoq.v5i1.5012. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/5012>. Acesso em: 3 jul. 2024.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Manual de organização partidária**. Comitê central do partido comunista brasileiro, [s. l.]. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/manual.html>. Acesso em: 8 abr. 2024.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. A fundação do PCB em 25 de março de 1922. **Jornal o poder popular**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/10702>. Acesso em: 20 jul. 2024.

PATERNIANI, S. Z. et al. **Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência**. Campinas: Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), IFCH, Unicamp, 2013.

PIZZIRANI, F. **O papel dos processos de participação popular na gestão municipal: estudo do orçamento participativo no município de Rio Claro/SP**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH, USP, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. **Territorialidade humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAES, D. **Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, nº 16, p. 9-38, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E B. Fragmentação socioespacial. **Mercator (Fortaleza)**. Universidade Federal do Ceará, v. 19, p. -, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/213348>. Acesso em: 10 jul. 2024.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 2001.